SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO 15

2

CONTORNOS DO ACESSO À JUSTIÇA 21

2.1. ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO HUMANO 30

2.2. TUTELA CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA 35

2.3. PROJETO FLORENTINO: AS ONDAS DO MOVIMENTO UNIVERSAL DE ACESSO À JUSTIÇA 48

2.3.1. Primeira onda renovatória: assistência judiciária para os pobres 56

2.3.2. Segunda onda renovatória: representação dos interesses difusos 60

2.3.3. Terceira onda renovatória: reformas processuais e difusão de meios alternativos de solução de conflitos 67

2.4. ACESSO À JUSTIÇA COMO PROGRAMA DE REFORMA E MODO DE ANÁLISE 72

2.5. AS NOVAS ONDAS DO MOVIMENTO NA PERSPECTIVA DO *GLOBAL ACCESS TO JUSTICE PROJECT* 76

3

SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS 83

3.1. GESTÃO ADEQUADA DE CONFLITOS..... 98

3.2. DESJUDICIALIZAÇÃO: PROMOÇÃO DO ODS 16 DA AGENDA 2030 DA ONU E REAÇÃO À CRISE NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA..... 103

3.3. SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS COMO MEIOS ALTERNATIVOS DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS 116

4

A GESTÃO DE CONFLITOS PECUNIÁRIOS PELO TABELIONATO DE PROTESTO COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA..... 131

4.1. CARACTERÍSTICAS DA SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE PROTESTO DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA..... 135

4.2. O FLUXO DO CRÉDITO INADIMPLIDO NO SERVIÇO DE TABELIONATO DE PROTESTO 159

4.3. PROPOSTA DE SOLUÇÃO NEGOCIAL PRÉVIA AO PROTESTO..... 168

4.4. MEDIDAS DE INCENTIVO À RENEGOCIAÇÃO POSTERIORES AO PROTESTO..... 171

4.5. RESULTADOS PRÁTICOS NA GESTÃO DE CONFLITOS CREDITÍCIOS.. 176

4.6. TENDÊNCIA DE DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL E FISCAL 192

4.7. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NORMATIVA..... 199

CONSIDERAÇÕES FINAIS 207

REFERÊNCIAS 215